

## Escolha de Candidatos

Para escolha de candidatos, é de suma importância que se saiba o número de cadeiras no órgão legislativo disputado para que o partido ou coligação elabore sua lista exatamente de acordo com tal número.

Cumpre lembrar que cabe ao partido decidir internamente sobre os candidatos que irá indicar, desde que respeitado o devido processo legal, conforme estabelecido em decisão proferida pelo TSE, no AgR-REsp nº 484.336, sob a relatoria do Ministro Arnaldo Versiani.

## Vereadores

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 29, inciso IV, o número máximo de vereadores; todavia, cabe à Lei Orgânica do Município apontar o número exato de vagas a serem disputadas nas eleições.

Definido o número de vagas, cada partido poderá registrar até 150% do número de cadeiras a preencher, conforme previsto no artigo 10 da Lei das Eleições.

## Deputados

Nos órgãos legislativos que possuírem até 12 lugares na Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa ou Assembleias Legislativas, os partidos podem registrar até 150% do número de vagas de deputado estadual, federal ou distrital.

Exceção: em estados membros cuja representatividade da Câmara dos Deputados é inferior a 12 cadeiras, cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a deputado federal e a deputado estadual ou distrital no total de até 200% das respectivas vagas.

Atualmente, os estados que se enquadram nesse caso de exceção são:

- Acre
- Amapá
- Amazonas
- Alagoas
- Roraima
- Tocantins
- Rondônia
- Rio Grande do Norte
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul

- Distrito Federal
- Sergipe
- Espírito Santo
- Piauí

O número de deputados estaduais é sempre o triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados, exceto no caso dos estados com maior representatividade, como:

- Santa Catarina
- Goiás
- Maranhão
- Pará
- Pernambuco
- Paraná
- Rio Grande do Sul
- Bahia
- Rio de Janeiro
- Minas Gerais
- São Paulo

Para os estados supracitados, soma-se apenas 24 ao número de deputados federais.

## Sub-representação Feminina

Com o objetivo de diminuir a expressiva sub-representação feminina na política brasileira, a partir de 2009 foi adicionado o §3º ao artigo 10 da Lei Nº 9.540/1997, que assim dispõe:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

§3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

A proporção disposta no referido artigo poderá ser tanto de 70% de homens quanto de 70% de mulheres, sempre arredondando as frações para o número inteiro positivo maior. A proporção de 70% de mulheres em uma chapa é chamada de cota invertida. A correta proporção será analisada por meio do DRAP e deferida pelo juízo competente.

Um dos possíveis problemas jurídicos dessa etapa é a alteração superveniente da proporção do partido, seja pela inclusão ou exclusão de membros, a renúncia ou o indeferimento do registro.

Para sanar tal problema, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, em um importante julgado, firmou o entendimento de que a proporção deve ser atendida no momento da

apresentação do DRAP, e não em momento posterior, mesmo que haja indeferimento de pedido de registro ou renúncia de candidato (RE 282.33).

Em 2022, a Emenda Constitucional nº 117 alterou o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres.

Também previu a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.